

Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura¹

(Notes towards a behaviorist definition of culture)

Diego Mansano Fernandes*, **Kester Carrara*** & **Diego Zilio****

*Universidade Estadual Paulista

** Universidade Federal do Espírito Santo
(Brasil)

RESUMO

Análises de fenômenos e processos sociais não são novos em nossa comunidade, tendo em vista que já permeavam o trabalho de B. F. Skinner desde seu início. Todavia, a despeito dos avanços significativos que caracterizaram as últimas três décadas de pesquisas teóricas, experimentais e análogos experimentais, uma questão permanece particularmente difícil de ser respondida: a própria definição de cultura. Skinner abordou o tema em diversas passagens de sua obra, mas, a exemplo do que ocorreu também com alguns outros conceitos, não demarcou paradigmaticamente uma definição comportamentalista de cultura. Outros pesquisadores também contribuíram para o debate, mas os usos diferentes da mesma palavra, bem como os usos de palavras diferentes para significar a mesma coisa, impõem desafios para a clareza conceitual. Neste artigo, ensaiamos uma sistematização das posições de Skinner, mediante pesquisa conceitual com base em sua obra, em busca de um tratamento do conceito de cultura coerente com o edifício conceitual do Comportamentalismo Radical e uma posição norteadora de futuros esforços em Análise Comportamental da Cultura.

Palavras-chave: cultura; comportamentalismo radical; análise comportamental da cultura; pesquisa conceitual.

ABSTRACT

Behavioral analysis of social and cultural processes are not new in our field, since those were an important aspect of Skinner early interests, and a substantial part of his later works. However, the last three decades gave rise to new approaches to social and cultural processes, and this body of knowled-

1) Os autores agradecem a Marina Souto Lopes Bezerra de Castro e Monique Amaral de Freitas por sua paciente leitura e pelos valiosos comentários e contribuições. Bolsista de Produtividade em Pesquisa. Email: mansanofernandes@gmail.com

ge has been growing through theoretical, experimental and quasi-experimental research over the years. Although the field produced important innovations, one question remains particularly difficult to answer: the very definition of culture. Skinner made some observations on this subject, and more recently other researchers tried to discuss the matter and provide solutions, but different uses for the same word or the use of different words meaning the same thing poses a challenge to conceptual clarity. By means of a conceptual analysis of the works of Skinner, we aim to give a systematic position of Skinner's uses of the term "culture". We found two main possibilities: 1) the use of the term culture as another way to say "a set of contingencies"; 2) the use of the term culture as another way to say "a set of cultural practices". We discuss the theoretical implications of these possibilities, and ultimately argue, with further clarifications, for the definition of culture as "a set of social contingencies". In doing so, we hope to provide a possible and coherent radical behaviorist definition of culture, which might serve as a guiding concept for further research in Behavioral Analysis of Culture.

Keywords: culture; radical behaviorism; behavior analysis of culture; conceptual research.

Tendo como um de seus alicerces o modelo explicativo de seleção por consequências (Skinner, 1981), o Comportamentalismo Radical frequentemente se ocupou dos aspectos comportamentais de práticas culturais. Antes mesmo das análises do comportamento social e das agências de controle (Skinner, 1953/2003), ou de um tratamento mais extenso do comportamento verbal (Skinner, 1957) – frequentemente entendido como fator decisivo para o surgimento de culturas humanas complexas (1966; 1974/1976; 1981; 1984b; 1986) – B. F. Skinner já demonstrava sua preocupação com a cultura como um todo e, em especial, com seu planejamento.

O melhor exemplo dessa preocupação é seu romance *Walden Two* (1948), escrito em uma época cuja tecnologia necessária para a atuação do analista do comportamento em escala maior do que o laboratório experimental ou a clínica era, ainda, não mais do que uma esperança, o autor já esboçava propostas para o planejamento cultural. O próprio Skinner (1984a) afirmou que quase escreveu o livro sob um pseudônimo, e que se tratava de um diálogo entre "uma parte" sua que acreditava nessa possibilidade, representada por Frazier, o planejador da comunidade, e "outra parte" que se encontrava ainda cética, Burris, o professor universitário que foi visitá-la. O desfecho do romance sugere que a confiança no potencial da ciência que desabrochava era maior do que o ceticismo natural frente às suas limitações, com Burris aderindo efusivamente à vida em *Walden Two*, o que mais tarde se confirmaria pelo próprio Skinner (1984a) ao declarar que disse através de Frazier o que ainda não estava pronto para dizer por si mesmo.

Já em *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2003), para além da dimensão ficcional de *Walden Two*, é possível notar um amadurecimento da ideia de uma tecnologia sustentada por uma ciência do comportamento robusta. A análise de aspectos sociais se tornou menos tímida, ao passo que o comportamento social foi definido e explorado em suas diversas possibilidades, a saber, as agências de controle governo, economia, educação, religião e psicoterapia, além de uma ampla proposta de planejamento das contingências culturais sustentada por essa ciência (cf. Catania, 2003).

O desenrolar da obra de Skinner culminaria com outras análises importantes de aspectos culturais (1971; 1978; 1987), além do trabalho de outros analistas do comportamento que já vinham atuando em possibilidades teóricas e práticas (e.g., Biglan, 1988; Biglan et al., 1984; Botomé, 1981;

Holland, 1974; 1980; Kazdin, 1975; Sá, 1979; 1985). Mas o texto *Metacontingências em Walden Two*, de Glenn (1986), pode ser considerado um marco na área, fomentando maior investimento dos pesquisadores da Análise do Comportamento na área da cultura, motivados pelas possibilidades suscitadas pelo advento do conceito de metacontingências. Posteriormente, vários grupos investiram no desenvolvimento dessa frente de pesquisas por meio de estudos teóricos e dos chamados análogos experimentais (geralmente, simulações, em laboratório, de práticas culturais e das contingências que as envolvem) com base na proposta das metacontingências (e.g., Glenn, 2003; 2004; Glenn et al. 2016; Lamal, 1991; 1997; Todorov, Martone & Moreira, 2005; Vasconcelos & Todorov, 2015; Vichi, Andery & Glenn, 2009).

Uma questão, todavia, tem sido tratada com menor ênfase no âmbito das pesquisas em Análise Comportamental da Cultura: a definição de *cultura*. Questões teóricas, segundo Skinner, são fundamentais porque raramente são apenas teóricas: “Confusão na teoria significa confusão na prática” (1953/2003, p. 9). Nesse mesmo sentido, Mattaini (2007) argumenta que todas as propostas científicas necessitam de uma linguagem em comum para evoluir, e, na esteira do esforço de um conjunto de pesquisadores em refinar propostas conceituais no âmbito da Análise Comportamental da Cultura (e.g., Glenn et al. 2016), o momento parece propício para tal empreendimento.

Um exame breve de algumas das propostas encontradas na literatura demonstra certa variedade. Leugi (2012), por exemplo, propõe que tal empreitada – a definição de cultura – se constitui de uma característica importante, qual seja, delimitá-la enquanto determinante e determinada pelos efeitos de variação e seleção: “Cultura poderia ser um locus de intersecção de variáveis que promovem variação e seleção, e neste sentido identificado como produto do nível de variação e seleção” (p. 37). Cultura, portanto, seria tanto “parte do ambiente, determinada socialmente, pela interação de mais de uma pessoa agindo conjuntamente...” (pp. 44-45), quanto produto dos processos em questão, como suas práticas, artefatos e costumes. Cada aspecto da interação se torna cultura na medida em que é contexto para a ação humana conjunta, em relações.

Já Glenn (2004) apresenta uma definição com outros contornos. Cultura seria então definida como “padrões de comportamento aprendido transmitidos socialmente, bem como os produtos desses comportamentos (objetos, tecnologias, organizações, etc)” (p. 139). Tal posição leva Glenn a chamar os eventos culturais de algo supra-orgânico (2004, p. 139), e até mesmo supra-comportamental (2010, p. 79), ou seja, eventos cujas dimensões se estendem para além da atividade de organismos individuais, denominados pela autora “linhagem cultural”.

Em *Understanding Behaviorism* (2005), Baum trata do que chamou evolução cultural e apresenta uma definição clara – mas nem por isso menos polêmica – do termo cultura. Para o autor, “cultura é o comportamento aprendido de um grupo” (p. 260), que consiste “...em comportamento operante, tanto verbal quanto não verbal, adquirido como resultado do fato de pertencer a um grupo” (p. 260). Baum diferenciou alguns padrões fixos de espécies, como repertórios de patrulhamento e segurança de seus grupos por parte de formigas e marmotas, do que chamou de aptidões para uma “cultura plena” (p. 263). Grosso modo, nas culturas plenas, aptidões como a modelagem por reforço social e a imitação teriam se desenvolvido ao longo da evolução e proporcionado a algumas espécies a capacidade de se organizar e ensinar padrões de comportamento a seus membros.

Melo e de Rose (2013) chamam a atenção para dificuldades e imprecisões nas formulações analítico-comportamentais sobre fenômenos sociais desenvolvidas até então, bem como a necessidade de uma maior interação com outras disciplinas das ciências sociais. Para os autores, “o entendimento

da cultura, de acordo com os pressupostos do comportamentalismo radical..., requer descrição e análise de processos envolvidos em mudanças nas práticas culturais” (p. 326). Afirmam, ainda, que a “análise do comportamento pode tratar não apenas do comportamentos de indivíduos ou organismos de diferentes espécies, mas também com o ‘comportamento de uma cultura’” (pp. 326-327). De modo mais geral, definem cultura como:

...uma teia de relações complexas entre comportamentos de indivíduos e práticas culturais, que podem gerar uma teia de relações entre culturas e, portanto, permitir a formação de novos grupos e novas culturas. Ela não é redutível ao nível individual, apesar do nível individual ser uma condição necessária para a existência da cultura. Uma análise comportamental da cultura precisa levar em consideração os tipos de relações sociais, bem como as agências de controle. (p. 327)

Em trabalho mais recente, de Rose (2016) alerta para a importância das pesquisas de processos comportamentais denominados simbólicos – *incluídos seus aspectos respondentes* –, que constituem parte importante do que entendemos por cultura para parcela considerável da Antropologia. Para de Rose, cultura é o “comportamento adquirido pelos seres humanos enquanto membros de grupos sociais” (p. 201), e acrescenta:

As culturas são responsáveis pela maior parte do treino de operantes e respondentes que ocorre na ontogênese dos indivíduos. Elas também são responsáveis pelo estabelecimento de redes relacionais simbólicas, que propagam e transformam as funções que os estímulos exercem no controle do comportamento operante e respondente, o que se aproxima do conceito de cultura como conjunto de dispositivos simbólicos que controlam comportamento. (p. 214-215)

Por sua vez, Andery (2011) argumenta que a linha de desenvolvimento das pesquisas relacionadas a fenômenos culturais, apesar da importância que pioneiros como Skinner, Keller e Schoenfeld atribuíram ao comportamento social e ao comportamento verbal, se iniciou quando a cultura se tornou a variável independente, e “os focos de estudo, interpretação e intervenção... mantiveram-se no comportamento e no indivíduo: a cultura foi tomada como o contexto no qual comportamento individual ocorre” (p. 207). Somente mais adiante, quando a cultura se torna o foco central das análises – e a autora atribui tal movimento a trabalhos do próprio Skinner à época – “passa a ser tomada como fenômeno que precisa ser compreendido para que se possa, de fato, incluí-lo – posteriormente – como determinante do comportamento” (p. 207).

Em seguida, a autora define cultura como:

... uma entidade abstrata que tem temporalidade indefinida, mas que certamente envolve práticas comportamentais e produtos destas práticas – que são fenômenos comportamentais e ambientais – que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos. Uma cultura é constituída de miríades de práticas culturais, definidas como padrões de comportamento aprendido que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos. (p. 207)

Se a definição precisa do que entendemos por cultura não é uma condição imprescindível para a atuação do analista comportamental da cultura, ao menos é uma etapa relevante para a organização e o planejamento da atuação dessa comunidade profissional que aspira a investigar teoricamente, “experimentalmente” e, por fim, modificar uma cultura. A questão pode ser expressa da seguinte maneira: planejar a cultura é planejar *o que?* Argumentamos, portanto, que uma Análise Comportamental da Cultura não pode prescindir de uma definição *comportamental* de cultura, ainda que a natureza de seu

objeto de estudo – o comportamento nas suas relações com o ambiente – se mantenha essencialmente a mesma.

Diante desse cenário, nosso objetivo neste ensaio é promover uma interpretação *comportamentalista* do conceito de cultura, tarefa a ser desenvolvida através de refinamento conceitual mediante a análise dos usos que Skinner faz do termo “cultura” em algumas de suas obras, tendo como fio condutor sua proposta de análise operacional dos termos psicológicos, segundo a qual os significados dos termos estariam associados às contingências que controlam os seus usos (Skinner, 1945). Iniciaremos a análise a partir de 1953, com a publicação de *Ciência e Comportamento Humano*, considerando o romance anterior, *Walden Two*, de 1948, e desconsiderando materiais posteriores ou anteriores de temática ou natureza de pesquisa estritamente experimental. Referido recorte se justifica pelo aspecto temático, tendo em vista que foi a partir de tal período que o autor se dedicou formalmente aos aspectos sociais do comportamento humano.

Ressaltamos que estamos cientes de que não há um caminho único e irrevogável para essa empreitada, e de que, tampouco, chegaremos a uma definição final (essencialista) ou, até mesmo, que abarque totalmente a multiplicidade de fenômenos associados à cultura. Ao apresentar uma definição comportamentalista possível de cultura, estaremos sob controle de objetivo mais acessível: oferecer alternativa parcimoniosa que possa facilitar o desenvolvimento de pesquisas teóricas, experimentais e aplicadas e, conseqüentemente, o desenvolvimento concomitante da Análise Comportamental da Cultura.

Ainda, lembramos que as limitações de escopo e de espaço do presente trabalho tornam inviável o importante e necessário diálogo entre as posições comportamentalistas e as muitas definições propostas pelas ciências sociais, em especial a Antropologia.

CULTURA PARA O COMPORTAMENTISMO RADICAL: O QUE DISSE SKINNER?

Um aspecto muito evidente nas incursões de Skinner ao campo dos fenômenos culturais é seu esforço para evitar tratar cultura como uma entidade teórica ou um constructo hipotético de natureza distinta do mundo físico, ou que tenha lugar em uma realidade não física. O autor procurou lidar com o fenômeno de forma coerente com as bases filosóficas do Comportamentalismo Radical, ou seja, dentro do esquema de uma ciência natural e, portanto, delimitada pelas leis da biologia, da física e química² (Skinner, 1953/2003; 1974/1976).

Logo, assim como fez com teorias da aprendizagem que buscassem compreender o comportamento como subproduto de processos de outra dimensão explicativa (Skinner, 1950), explicações para os fenômenos que chamamos de cultura que apelem para “mentalidades”, “ideias”, “programas genéticos” ou uma “vontade grupal” também foram alvo de críticas por parte de Skinner (1953/2003; 1974/1976; 1984a). Nesse sentido, da mesma forma que explicações para o comportamento de um

2) A questão da distinção entre ciências “naturais” e ciências “humanas” é complexa e foge do escopo deste ensaio uma exploração ampla do tema. No entanto, gostaríamos de salientar que apesar da explícita adoção por Skinner de um discurso e de métodos típicos de uma ciência natural, no caso da análise de fenômenos culturais há uma gama imensa de métodos e teorias importantes no campo das ciências humanas que devem ser levados em consideração pelo analista comportamental da cultura. Logo, as fronteiras demarcatórias entre esses modelos de fazer científico se tornam ainda mais tênues no que diz respeito ao estudo de um assunto tão complexo como a cultura.

organismo precisam ser relacionadas às contingências de variação e seleção por elas responsáveis, o mesmo pode ser dito das explicações de fenômenos ditos culturais (Skinner, 1974/1976).

Respeitados os critérios metodológicos, conforme mostraremos a seguir, o exame das obras de Skinner sugeriu duas questões importantes a serem examinadas: (1) “cultura”, para Skinner, frequentemente diz respeito a “um conjunto de contingências sociais” ou, mais genericamente, “ambientes sociais”. Variações como “conjunto de contingências verbais” ou, mais genericamente, “ambientes verbais”, além de “experimento social” (implicando um conjunto de contingências sociais arranjadas pelo experimentador no papel de planejador), também são ocorrências relevantes. Argumentamos que tais respostas verbais fazem parte de uma classe funcional de descrições, mas um exame conceitual dos termos em questão revela uma inconsistência que será explorada mais adiante entre os termos “ambiente” e “contingências”; (2) “práticas culturais” é outro termo utilizado pelo autor quando define cultura. Argumentamos que esse uso é problemático em termos conceituais e destoante dos usos mencionados anteriormente, pois impõe dificuldades ao objetivo de propor uma definição comportamentalista precisa e útil ao desenvolvimento posterior do campo.

Nas próximas duas seções, prosseguimos com o exame dos aspectos (1) e (2) descritas anteriormente. Em seguida, concluímos com uma proposta de definição que entendemos ser mais proveitosa diante das possibilidades presentes e futuras na Análise Comportamental da Cultura.

CULTURA COMO CONJUNTO DE CONTINGÊNCIAS

A possibilidade mais ampla e corrente verificada na obra de Skinner é o uso do termo cultura como um conjunto de contingências sociais ou, de maneira mais genérica, como ambiente social. Serão recuperadas aqui evidências textuais de pelo menos quatro décadas que sustentam tal afirmação.

Em *Ciência e Comportamento Humano* (1953/2003), abordando o tema formalmente pela primeira vez, o autor apresenta uma definição genérica: “No sentido mais amplo possível, a cultura na qual o indivíduo nasce é composta de todas as variáveis que o afetam, que são arranjadas por outras pessoas” (1953/2003, p. 419). Em seguida, delimita o ambiente social como resultado em parte dos procedimentos do grupo que produzem comportamento ético, a extensão desses efeitos aos usos e costumes, bem como o efeito dos procedimentos organizados pelas agências de controle – grupos de pessoas que possuem o poder de manejar as contingências de um ambiente social específico. Skinner cita cinco delas: educação, governo, economia, religião e psicoterapia.

Usualmente se fala do ambiente social de um grupo como sua “cultura”. Supõe-se que o termo frequentemente se refere a um espírito ou atmosfera ou algo com dimensões igualmente não físicas. Nossa análise do ambiente social, todavia, oferece uma explicação dos aspectos essenciais da cultura *dentro do quadro de referência de uma ciência natural*. Ela nos permite não apenas compreender o efeito da cultura mas, como veremos adiante, a alterar o projeto cultural. (Skinner, 1953/2003, p. 419; *itálicos adicionados*)

Nesse sentido, os repertórios comportamentais são “atravessados” por conflitos inerentes às contingências dispostas pelas agências de controle e os grupos éticos responsáveis pela organização do ambiente social. Nesse sentido, por exemplo, a família e a religião dispõem conjuntos distintos de contingências, que em contato com contingências dispostas na educação podem produzir conflitos entre as pessoas (Skinner, 1953/2003).

Um momento em que Skinner identifica cultura com contingências sociais pode ser encontrado em seu *Contingências de Reforçamento: Uma análise teórica*, de 1969. Dedicado à tarefa de delimitar o papel que exerce o ambiente na explicação do comportamento, empenha-se em uma retrospectiva do caminho que segue das formulações anteriores à teoria do reflexo aos primeiros behavioristas, alcançando as contribuições da formulação da chamada contingência de reforçamento e ao reconhecimento da importância da consequência ambiental. Em contraponto principalmente às posições antropológicas de Malinowski e Lévi-Strauss, Skinner afirma que “... Uma cultura não é o comportamento das pessoas ‘que vivem nela’; é o ‘nela’ em que vivem – as contingências de reforçamento social que geram e sustentam seus comportamentos” (1969, p. 13).

Em 1953, semelhante posição é encontrada na definição do autor de cultura como um “conjunto particular de condições sob as quais um grande número de pessoas cresce e vive” (p. 430). Tal conjunto particular de condições seria formado por contingências de seleção mantidas pelos membros do grupo e é essa manutenção que garantiria classificá-las como contingências “sociais”. Uma vez que contingências são descritoras do tipo de relações mantidas por um organismo e seus ambientes, as contingências sociais descrevem maneiras pelas quais os comportamentos de pessoas se relacionam funcionalmente com os aspectos físicos e sociais dos ambientes em que vivem. Essencialmente, nesta acepção, os padrões típicos das contingências que norteiam relações numa tal comunidade é que constituem, para além das características do espaço físico, o “... é o ‘nela’ em que vivem...” que Skinner demarca.

Em *Para Além da Liberdade e da Dignidade* (1971/1973), a tese que Skinner desenvolve é a dos problemas advindos da luta histórica pelos valores da liberdade e dignidade humanas. Para o autor, a concepção de “indivíduo autônomo” é prejudicial para o desenvolvimento de uma ciência do comportamento que busque planejar uma cultura de forma precisa e eficaz. À parte a relevância da tese central, a definição de cultura apresentada pelo autor nessa obra dá suporte a seus posicionamentos sobre evolução de práticas culturais e a possibilidade de seu planejamento deliberado por meio de uma ciência do comportamento.

É justamente ao tratar da evolução de uma cultura que Skinner afirma que as formas como nos comportamos – como criamos nossas crianças, como produzimos alimento, como governamos, como nos vestimos, os tipos de lugares que habitamos, como nos agrupamos – são resultado de nossa exposição a contingências dispostas por outras pessoas, isto é, contingências sociais. A explicação de nossas práticas culturais passa pela identificação das contingências que as produzem, contingências essas que seriam, por sua vez, aquilo que os antropólogos observam, ou seja, a cultura (Skinner, 1971/1973).

Para Skinner (1971/1973), culturas como ambientes sociais podem evoluir, no sentido de que as formas de se comportar que as caracterizam são transmitidas a membros de outras gerações. Alguns exemplos de culturas que evoluíram (no sentido de que são replicadas para novas gerações de forma a manterem suas características essenciais, ainda que não sem ajustes, o que seria inviável) são diferentes formas de democracia, de autoritarismo, de cultura científica, religiosa, capitalista, entre outras. Com o autor, todas são ambientes sociais que ensejam tipos específicos de práticas culturais, que podem ser, conforme os exemplos anteriores de Skinner, econômicas, educacionais, éticas, governamentais, religiosas, científicas, e assim por diante.

Uma definição mais objetiva encontrada nas páginas seguintes, nas palavras do próprio Skinner:

O ambiente social *constitui aquilo que é chamado de cultura*. Ele modela e mantém o comportamento daqueles que vivem nele. Uma dada cultura evolui conforme novas práticas surgem, possivelmente por razões irrelevantes, e são selecionadas por suas contribuições para o fortalecimento da cultura à medida que esta compete com o meio físico e com outras culturas. (Skinner, 1971/1973, p. 141, itálicos adicionados)

Também nesse texto encontramos descrição complementar dessa acepção do conceito de cultura como conjunto de contingências sociais. Nas palavras de Skinner (1971/1973): “É sempre um indivíduo que se comporta, que age sobre seu ambiente e é modificado pelas conseqüências de sua ação, e que mantém as contingências sociais que *constituem* uma cultura” (p. 209, itálico adicionado). Essa passagem é interessante por dois motivos: em primeiro lugar há a ênfase no comportamento dos *indivíduos em grupo* como elemento essencial da manutenção das práticas culturais; em segundo lugar, há justamente a identificação de cultura com “contingências sociais”, sem perder de vista que essa identificação só pode ocorrer num *locus* geográfico que é o ambiente físico onde as pessoas daquela comunidade se encontram.

A posição encontrada em *Sobre o Behaviorismo* (1974/1976) é semelhante. Ao discutir as incontornáveis implicações éticas e de valor do uso de uma tecnologia do comportamento em desenvolvimento, Skinner argumenta que a pergunta sobre “quem exercerá o controle?” no delineamento de uma cultura é equivocada e, portanto, deveríamos atentar para “as condições em que as pessoas governam, oferecem ajuda, ensinam ou organizam sistemas particulares de incentivo. Em outras palavras, devemos olhar para a cultura como um ambiente social” (Skinner, 1974/1976, p. 176).

Exemplo contemporâneo pode ser encontrado em *Reflections on Behaviorism and Society* (1978), em que Skinner discute o papel de uma ciência do comportamento na promoção de uma cultura democrática, o que para ele significaria substituir o controle institucional das agências pelo controle cotidiano face-a-face, de pessoas *por* pessoas, e *para* as pessoas. Para ilustrar seu argumento, o autor reflete sobre o conceito de cultura:

Já constituiu uma prática dividir o ambiente social em três partes: (1) a política (governo, no sentido estrito, especializado em controle aversivo), (2) a economia (especializada na produção e troca de reforçadores) e (3) a cultura, ou todas as outras contingências de reforçamento mantidas pelo grupo – nas práticas familiares, ritos religiosos, artes, artesanato e assim por diante. *Mas é provavelmente impossível tomar esses campos separadamente e, em seu uso moderno, o termo cultura cobre todos eles. A cultura é um ambiente social completo.* (pp. 8-9, itálicos adicionados)

Na primeira acepção examinada, uma cultura consistiria em um ambiente social amplo, complexo, com contingências sociais dispostas tanto por agências quanto por indivíduos. No trecho seguinte, todavia, novamente vemos cultura utilizada tanto no sentido de um “ambiente social”, quanto no sentido de um “conjunto de contingências”.

Adicionalmente, não há diferença significativa entre as passagens encontradas em *Ciência e Comportamento Humano*, na década de 1950, e na seguinte passagem, presente em seu *Questões Recentes na Análise do Comportamento*, do final da década de 1980:

Uma cultura pode ser definida de forma mais útil como as contingências de reforçamento mantidas por um grupo. As contingências modelam o comportamento dos membros do grupo e são transmitidas quando novos membros se juntam na modelagem de outros. Se o grupo é confinado a uma parte do mundo em particular, algumas contingências características podem

ser físicas, mas a maior parte será social³. *Como ambientes sociais, culturas evoluem através de um terceiro tipo de variação e seleção.* (p. 52, itálicos adicionados)

Conforme mencionamos, Skinner usa o termo cultura tanto no sentido de ambiente social, quanto de conjunto de contingências sociais. Uma alusão particular também é feita pelo autor quando usa o termo *cultura* no sentido de ambiente verbal, ou mais precisamente, como conjunto de contingências verbais. Não se trata, todavia, de confrontá-la com as possibilidades descritas anteriormente, tendo em vista que o ambiente verbal só se faz possível a princípio por um ambiente social, mas de avançar na análise das possibilidades encontradas no texto skinneriano.

Ao longo de sua obra, Skinner (1953/2003; 1974/1976, 1981, 1986) fez questão de salientar em alguns momentos a importância do advento do comportamento verbal para o surgimento do que chamou de ambientes sociais, ou culturas: “O comportamento verbal aumentou incrivelmente a importância de um terceiro tipo de seleção por consequências: a evolução de ambientes sociais ou culturas” (1981, p. 502). Foi inicialmente em *Ciência e Comportamento Humano* que tratou dessa questão de forma um pouco mais extensa.

Com Skinner, “uma cultura comum levaria a um ‘caráter’ comum” (1953/2003, p. 462) no sentido das características em comum apresentadas pelos seus membros. As crianças de uma cultura diferente aprendem a falar línguas distintas, e enquanto entre si apresentam características comuns, em relação a outros países “não falam do mesmo modo porque seus ambientes verbais são diferentes” (1953/2003, p. 462). Argumento semelhante é encontrado em *Questões Recentes na Análise do Comportamento*, em capítulo sobre o papel do ouvinte no comportamento verbal. Para Skinner, a instalação e manutenção de repertórios verbais é levada a cabo “por ambientes verbais ou culturas – isto é, por ouvintes” (1989, p. 37).

Na esteira desse trecho é resgatado outro exemplo, agora de *Contingências de Reforçamento*, quando Skinner está tratando cultura como ambiente verbal, mais especificamente como uma língua: “Uma língua não as palavras ou sentenças ‘faladas nela’; é o ‘nela’ em que são faladas – as práticas de uma comunidade verbal que modelam e mantêm o comportamento de falantes” (p. 12). É notória a semelhança dessa última passagem com outra já mencionada em que Skinner equaciona a cultura ao ambiente social responsável pelos comportamentos das pessoas que nele vivem.

O próximo sentido em que Skinner usa o termo cultura é mais discreto em termos de ocorrência. Trata-se da analogia que Skinner faz de cultura com um experimento, no qual há uma modulação de variáveis realizada pelo pesquisador. Assim, uma cultura é

...um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições sob as quais um número grande de pessoas cresce e vive. Essas condições dão origem a padrões ou aspectos do comportamento – o caráter cultural – os quais já examinamos. (Skinner, 1953/2003, p. 430)

Na cultura, portanto, assim como em um experimento de comportamento, haveria também uma espécie de modulação das variáveis, que tipicamente (a depender de sua eficiência na produção de consequências benéficas) é ou não mantida pelo grupo, ou partes dele. Neste, as variáveis sob mo-

3) A passagem em destaque de Skinner permite interpretações que o classifiquem como um dualista, defendendo a existência de um mundo físico e um mundo social de “natureza” distintas. Essa nota de rodapé se presta ao esclarecimento desse possível equívoco: Skinner adjetiva o mundo em “físico” e “social” enquanto característica das contingências em questão, ou seja, se há um indivíduo se comportando sozinho, ele se refere ao mundo físico, se há mais de uma pessoa se comportando, ele se refere ao mundo social.

dulação podem ser planejadas ou não. Nessa perspectiva, não se trata de compreender que Skinner considere cultura um experimento no sentido estrito do termo, mas que parte de seu funcionamento (o controle ou influência de variáveis sobre o comportamento das pessoas) é similar ao aspecto funcional das relações entre variáveis na pesquisa empírica.

Nesse sentido, no momento em que “a evolução de um ambiente social ou cultura é apoiado pela análise experimental do comportamento” (Skinner, 1986, p. 115), entendê-la como um conjunto de condições em que as pessoas se comportam permitiria ao analista do comportamento tornar-se o artífice do planejamento cultural. A pertinência ou não do papel de destaque conferido por Skinner ao analista do comportamento nesta empreitada é outro problema das propostas skinnerianas, mas que fogem do escopo deste trabalho⁴.

Mais uma vez, assim como nas variações anteriores encontradas no texto skinneriano, parece não haver diferença significativa na compreensão de cultura como um experimento e cultura como conjunto de contingências, na medida em que ambos são um arranjo de condições que compõem um ambiente em que um ou mais organismos se comportam.

Todavia, consideramos importante fazer uma ressalva. Vimos que Skinner se refere a cultura por vezes como “ambiente social” e por vezes como “contingências sociais”, ou como “conjunto de contingências” e mesmo como “conjunto de condições”, aparentemente de forma intercambiável; vimos que o autor se refere a cultura também como “ambiente verbal” e, por extensão, “conjunto de contingências verbais”; vimos também que Skinner se refere a cultura como um “experimento”, no sentido de um conjunto de condições manipuladas por um planejador. Argumentamos que o uso intercambiável e indiscriminado desses termos constitui uma sobreposição problemática, mas com boa possibilidade de ser desfeita: “ambiente social” e “contingências sociais” não são a mesma coisa.

Skinner (1953/2003) define ambiente como qualquer parte do universo capaz de afetar o organismo. Essa influência consiste em modificar de alguma forma o seu comportamento. O ambiente, portanto, é composto por contexto antecedente (e.g., estímulos incondicionais, condicionais, discriminativos) e eventos consequentes (reforçadores ou punitivos) à ação dos organismos. Por seu turno, “social” tem sentido muito específico para Skinner (1953/2003), que o equaciona a “mediação”: não há, em si, uma “sociabilidade” intrínseca ao homem; esta é demarcada pelo controle do comportamento do sujeito por intermédio do comportamento de outrem. Assim, considerando-se essas duas definições aproximadas, o termo “ambiente social” parece se referir às situações em que comportamentos de um ou mais sujeitos, ou os produtos desses comportamentos (tais como regras e leis), atuam como contexto antecedente ou eventos consequentes de comportamentos de outro(s) sujeito(s).

Contingência, por sua vez, ao menos em sua acepção original (de três termos), consiste em unidade de análise do comportamento operante e, enquanto tal, descreve a dinâmica funcional de relações entre contexto antecedente, as ações de um organismo, e os eventos consequentes. Fala-se de “contingência social” quando há a mediação de outrem nas dimensões ambientais antecedentes e consequentes (i.e., trata-se de ambiente social), enquanto que o conceito de ambiente, ainda que entendido como social, possui mais de um sentido, sendo ele tanto parte dos controles do comporta-

4) Ao mesmo tempo em que destaca o papel do analista do comportamento enquanto planejador de contingências para uma cultura, Skinner argumenta que não há sentido em perguntar, propriamente, quem exercerá o controle social. Conforme Castro (2013), tal tensão é característica do texto skinneriano, pois ele busca reduzir alguns dos argumentos prescritivos a argumentos descritivos.

mento social, quanto sinônimo da contingência como um todo. Nesse sentido, a diferenciação se faz necessária por uma questão de clareza e consistência conceitual.

Uma importante ressalva: numa perspectiva molar (cf. Silva & Carrara, 2015), comportamentos de pessoas em suas cadeias históricas de relações são antecedidos e consequenciados por outras pessoas. A distinção em questão recai especificamente sobre os termos “ambiente” e “contingência” e não sobre o aspecto social do comportamento, entendido como dado fundamental de qualquer análise que se pretenda cultural.

A diferenciação entre as possíveis definições de contingência social e de ambiente social remete a outra possível acepção encontrada na obra de Skinner para a palavra cultura: cultura como práticas culturais.

CULTURA COMO CONJUNTO DE PRÁTICAS CULTURAIS

Há passagens da obra de Skinner que permitem uma interpretação de cultura como práticas culturais, ou como um conjunto delas. Em *Para Além da Liberdade e da Dignidade*, ele a define como “um conjunto de práticas, mas não um conjunto que não seja suscetível a misturar-se com outros” (1971/1973, p. 130); em outro momento também na mesma obra, argumentando sobre os processos evolutivos de uma cultura, afirma que os homens e instituições de qualquer natureza não sobrevivem por muito tempo: “o que evolui são as práticas” (1971/1973, p. 107); em outra ocasião, agora um renovado prefácio para nova edição do mesmo livro, o autor evoca novamente tal definição: “Uma cultura, todavia, é um conjunto de práticas características de um grupo de pessoas, e é selecionada por um tipo diferente de consequência...” (1989, p. 117).

Um pouco adiante na mesma obra, ao mesmo tempo em que se opõe a definições tradicionais de cultura como “ideias” ou “valores”, Skinner (1971/1973) afirma que não podemos explicá-la apenas com base no que as pessoas fazem, ou o jeito como vivem, isto é, seus costumes e comportamentos, mas sim avaliando os ambientes dos quais são função:

Mas aqueles que observam culturas não veem ideias ou valores. Eles veem como as pessoas vivem, como criam seus filhos, como coletam ou cultivam comida, em quais tipos de habitações eles vivem, o que vestem, que jogos costumam jogar, como tratam uns aos outros, como governam uns aos outros, e assim por diante. Esses são os costumes, os *comportamentos* habituais, de um povo. Para explicá-los devemos nos voltar para as contingências que os deram origem. (p. 126)

Uma passagem de *Ciência e Comportamento Humano* vai na contramão das destacadas da obra de 1971 e aponta para uma diferença entre prática cultural e conjunto de contingências sociais: “Quando certos aspectos do ambiente social são peculiares em um dado grupo, esperamos encontrar certas características em comum no comportamento de seus membros” (Skinner, 1953/2003, p. 424). As práticas (comportamentos) são função das contingências sociais prevaletentes, que definem a cultura propriamente dita.

À primeira vista, portanto, prática cultural parece ser compreendida por Skinner como uma parte de conjuntos de contingências de reforçamento social da cultura; mas essas são precisamente as palavras que Skinner utiliza para definir cultura. Cabe aqui um esclarecimento. Conceitos não são imutáveis e tampouco tratam de fenômenos estáticos. Todavia, para além dos usos feitos por Skinner dos termos em questão, do ponto de vista que salientamos na introdução deste ensaio é importante

refinar as ferramentas conceituais de uma disciplina ou conjunto de métodos de investigação, bem como fomentar uma linguagem comum clara e precisa em uma determinada comunidade científica. Nesse sentido, argumentamos que é importante diferenciar o conceito de cultura do conceito de práticas culturais.

Em sua definição de cultura como ambiente verbal ou, mais precisamente, conjunto de contingências verbais, Skinner é enfático ao afirmar que não é o comportamento verbal que evolui, mas sim o ambiente verbal do qual ele é função (Skinner, 1986). Nossa argumentação até então buscou distinguir “ambiente” de “contingência”, usados de forma despreocupada por Skinner para se referir a uma cultura, e é possível que raciocínio semelhante possa ser aplicado ao uso do termo cultura enquanto conjunto de práticas culturais.

Se não é o comportamento que evolui, mas as contingências das quais ele é função, argumentamos que é impreciso e incoerente com o conjunto da obra skinneriana afirmar que uma cultura é um conjunto de práticas culturais enquanto comportamento das pessoas (sozinhas ou em grupo) controlados por contingências sociais. Porque se uma cultura é um conjunto de contingências, e se é possível encontrar no texto do próprio Skinner uma distinção entre práticas (comportamentos) e contingências sociais, uma cultura não pode ser definida ora como um conjunto de práticas (comportamentos) e, ora como um conjunto de contingências, até mesmo pelo tratamento que Skinner dispensa à evolução da cultura como um processo seletivo. Como vimos, o que evolui são as contingências responsáveis por essas práticas, e estamos falando de duas instâncias diferentes: comportamentos (práticas) enquanto parte de uma relação condicional, e as contingências sociais como um todo.

Em suma, pessoas se comportam, sozinhas ou em grupo, e a explicação desses comportamentos deve ser buscada nas contingências sociais por eles responsáveis. Ou seja, práticas culturais são um conjunto de comportamentos, e tal como o comportamento do indivíduo é função de contingências de sua história, comportamentos sociais são função das contingências sociais definidoras da cultura em que estão inseridos. Um conjunto de práticas não é equivalente a uma cultura na mesma medida em que um comportamento não é equivalente a uma contingência, ainda que a definição de comportamento seja um tema controverso e alvo de debates constantes (Hunziker, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes das limitações epistemológicas e das dificuldades inerentes ao exercício da pesquisa conceitual, acreditamos que as evidências textuais oferecidas no decorrer deste ensaio são suficientes para elucidar aspectos relevantes do posicionamento de Skinner quanto ao conceito de cultura, mais especificamente os usos que Skinner faz do termo cultura ao longo de sua obra. Nesse sentido, propomos uma simplificação do uso dos termos “cultura”, “ambiente social” e “práticas culturais”, tendo como base alguns elementos mais constantes das passagens de Skinner, mapeados nas seções anteriores, superadas inconsistências conceituais observadas no texto do autor.

Cultura é um termo que remete a *conjunto de contingências sociais*, isto é, contingências de reforçamento e punição mantidas pelos membros de um grupo em contextos específicos. Isso implica dizer que há relações típicas dessa cultura entre as pessoas e seus ambientes; nesse sentido, dizemos que um sujeito faz parte de uma cultura se as contingências sociais que a caracterizam possuírem alguma função no controle de seu comportamento. Naturalmente, aspectos do ambiente físico, como

características do espaço geográfico em que vivem e se comportam as pessoas, são parte considerável de tais contingências, ainda que as contingências não possam ser a eles restritos.

Práticas culturais, por sua vez, dizem respeito a padrões comportamentais de indivíduos ou de pessoas se comportando em grupo, modelados e mantidos pelas contingências sociais definidoras de uma dada cultura. Voltando a Skinner (1986) e estritamente falando, não são comportamentos que evoluem, mas contingências e, nesse sentido, quando analisamos práticas culturais, “fotografamos” e “filmamos” aspectos ou fragmentos desses arranjos de contingências, ou padrões comportamentais individuais ou grupais, tais como os registros de épocas e de povos e suas formas de se alimentar, de ensinar e assim por diante, bem como as práticas verbais de épocas e povos, como gírias, dialetos e expressões idiomáticas que invariavelmente compõem diferentes línguas.

A Figura 1 serve à função de organizar tais conceitos na medida em que evidencia as suas associações:

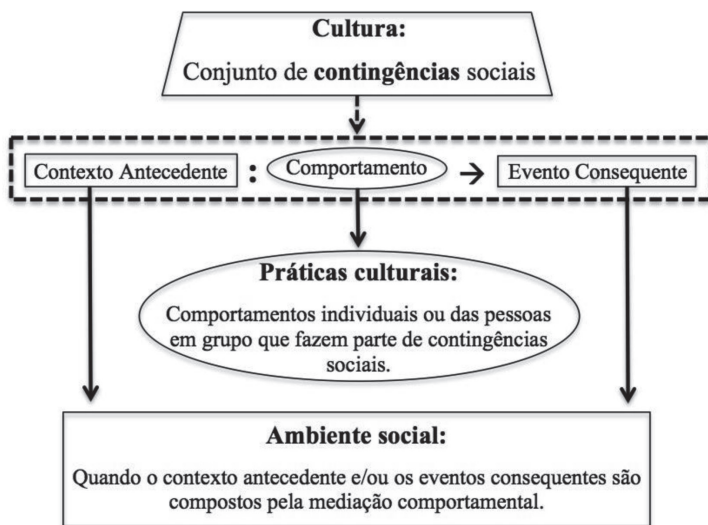


Figura 1. Conceitos centrais na definição de cultura e práticas culturais
Medidas: altura 10,71cm; largura 15cm
Inserir conforme indicado na página 24

Catania (1993) deu ao Comportamentalismo Radical o epíteto de “uma filosofia não convencional da ciência”, e talvez a Análise Comportamental da Cultura constitua uma “ciência não convencional da cultura” por sua forma não convencional de olhar para os fenômenos e processos chamados culturais, no sentido de que implica no estudo não da “cultura em si”, mas daquilo que ela tem de *comportamental*, ou seja, os arranjos de contingências sociais presentes em diversos ambientes sociais e, em última análise, estudar relações comportamentais em suas mais diversas manifestações ao longo do tempo.

O lembrete que não podemos deixar de fazer é sobre a importância de expandir o alcance dessa “ciência não convencional da cultura” para os terrenos antropológicos, sociológicos, linguísticos, geográficos, arqueológicos, históricos, e assim por diante, se quisermos de fato avançar para além dos conhecimentos até então produzidos por essas disciplinas em direção à produção de conhecimento inovador, engajado e comprometido com mudanças sociais. A expressão “não convencional” aqui assume dois sentidos muito específicos: o primeiro é o dado por Catania (1993), a respeito da visão de mundo e o *modus operandi* que caracterizam a Análise do Comportamento; o segundo aponta justamente para a necessidade de percorrer o trajeto de ida em direção a essas disciplinas que já se aventuram no campo da cultura há décadas, seguido do trajeto de volta, carregado de diferentes saberes e com o propósito de reinventar nosso próprio ofício, ao ponto de torna-lo diferenciado e de fato “não convencional”.

REFERÊNCIAS

- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Perspectivas*, 2(2), 203-217.
- Baum, W. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution*. Oxford: Blackwell Publishing. (Trabalho original publicado em 1994).
- Biglan, A. (1988). Behavior analysis and the larger context. *Behavior Analysis*, 23(1), 25-32.
- Biglan, A. et al. (1984). A situational analysis of adolescent smoking. *Journal of Behavioral Medicine*, 7(1), 109-114.
- Botomé, S.P. (1981). *Objetivos comportamentais no ensino: A contribuição da análise do comportamento*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Castro, M. S. L. B. (2013). *O naturalismo ético no behaviorismo radical de B. F. Skinner*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Catania, A. C. (1993). The unconventional philosophy of science of behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 60(2), 449-452.
- Catania, A. C. (2003). B. F. Skinner's Science and Human Behavior: Its antecedents and its consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 80(3), 313-320.
- de Rose, J. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamental*, 24(2), 201-220.
- Dittrich, A. (2008). Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 252-260.
- Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in walden two. *Behavioral Analysis and Social Action*, 5, 2-8.
- Glenn, S. S. (2003). Operant contingencies and the origin of cultures. Em K.A Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223-242). Nova York: Kluwer Academic/Plenum.
- Glenn, S. S. (2004). Individual behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst*, 27 (2), 133-151.
- Glenn, S. S. (2010). Metacontingencies, selection and OBM: Comments on “Emergence and metacontingency.” *Behavior and Social Issues*, 19, 79-85.
- Glenn, S. S., & Malott, M. E. (2004). Complexity and selection: Implications for organizational change. *Behavior and Social Issues*, 13, 89-106.

- Glenn, S. S. et al. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27.
- Holland, J. G. (1974). Servirán los principios conductuales para los revolucionários? Em F. S. Keller & E. Ribes-Iñesta (Eds.), *Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación* (pp. 265-281). México: Trillas.
- Holland, J. G. (1980). Alternative social systems: An analysis of behavior change in China and Cuba. In D. Glenwick & L. Jason (Eds.), *Behavioral community psychology: Progress and prospects* (pp. 388-408). New York: Praeger.
- Hunziker, M. H. (Ed.). (2013). O que é comportamento? [Volume Especial]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9.
- Kazdin, A. E. (1975). The impact of applied behavior analysis on diverse areas of research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 8(2), 213-229.
- Lamal, P. A. (1991). *Behavior analysis of societies and cultural practices*. New York: Hemisphere.
- Lamal, P. A. (1997). *Behavior analytic perspectives on cultural practices*. Westport: Praeger.
- Leugi, G. B. (2012). *A perspectiva de uma antropologia behaviorista radical: Cultura, variação, seleção e transmissão*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mattaini, M. A. (2007). Editorial: Technical language in cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 16, 1-4.
- Melo, C. M., & de Rose, J. C. C. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: Um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 119-128.
- Melo, C. M., & de Rose, J. C. C. (2013). The concept of culture in skinnerian radical behaviorism debates and controversies. *European Journal of Behavior Analysis*, 14(2), 321-328.
- Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle social*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Sá, C. P. (1985). *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. (Tese de Doutorado). Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Silva, F. B. da, & Carrara, K. (2015). Implicações de estratégias molares/moleculares na Análise Comportamental da Cultura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(3), 4-16.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277.
- Skinner, B. F. (1956). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193-216.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Massachusetts: B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (1966). Phylogeny and ontogeny of behavior. *Science*, 153, 1205-1213.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. London: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1972). *Walden two: Uma sociedade do futuro*. São Paulo: E. P. U. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Ebooks. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1984a). *A matter of consequences*. New York: Alfred A. Knopf.

- Skinner, B. F. (1984b). The evolution of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 217-221.
- Skinner, B. F. (1986). The evolution of verbal behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 115-122.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Ohio: Merry Publishing Company.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Todorov, J. C., Martone, R. C., & Moreira, M. B. (2005). *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: ESETec.
- Vasconcelos, I. & Todorov, J. C. (2015). Experimental analysis of the behavior of persons in groups: Selection of an aggregate product in metacontingency. *Behavior and Social Issues*, 24, 111-125.
- Vichi, C., Andery, M. A. P. A., & Glenn, S. S. (2009). A metacontingency experiment: The effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues*, 18, 41-57.
- White, L., & Dillingham, B. (2009). *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. (Trabalho original publicado em 1975).

Received: June 25, 2016
Accepted: February, 25, 2017